

A narrativa de mulheres sobre a violência ditatorial: um olhar a partir do gênero

DÉBORA STRIEDER KREUZ¹

Introdução

Entre 1964 e 1985, dentro do contexto da Guerra Fria, o Brasil viveu sobre uma ditadura civil-militar que prendeu, torturou, matou e desapareceu com centenas daqueles que de alguma maneira resistiram às arbitrariedades perpetradas pelo regime. O aparato repressivo criado pelo governo se utilizou sistematicamente da tortura como forma de destruir física e psicologicamente qualquer pessoa que representava algum tipo de ameaça à situação posta.

Nesse contexto de cerceamento das liberdades vários foram os grupos que, utilizando-se da luta armada ou da conscientização das massas, propuseram-se a combater o arbítrio². Sua atuação foi sobremaneira expressiva entre 1968, após a edição do Ato Institucional número 5 e 1975, quando o último foco de resistência, a Guerrilha do Araguaia, foi dizimada pela repressão.

Nos grupos de resistência se visualizava a presença de mulheres em número maior que em outros momentos. Cristina Scheibe Wolff (2010, p.149) explica que a entrada em espaços escolares antes restritos ao mundo masculino, sobretudo a universidade, fez com que a inserção política ocorresse de maneira mais intensa que em momentos anteriores. Dessa forma, as mulheres que adentraram a arena pública com intuito de resistirem ao arbítrio, também sofreram a violência tão característica do período ditatorial.

Assim, o trabalho busca visualizar como a categoria analítica gênero permeia as narrativas das militantes sobre a violência da ditadura. Intentamos com isso compreender a forma como elas visualizam tal momento e conferem inteligibilidade ao mesmo, sobretudo ao se colocarem como sobreviventes de um período de terror, de maneira que sua fala constitua prova daquilo que ocorreu, ao mesmo tempo em que realizam o chamado “dever de memória”³. Faz-se importante destacar que nos utilizamos da interpretação sobre o gênero proposta por Joan Scott:

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. Professora substituta de História do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – Campus Bagé. Email: debora_kreuz@yahoo.com.br.

² Para saber mais sobre tais grupos consultar: GÖRENDER, 1987; AARÃO REIS FILHO, 1989; RIDENTI, 1993.

³ Entendemos o “dever de memória” como aquela narrativa proferida com o intuito de dar a conhecer a respeito do passado de modo a que as violações de direitos não mais ocorram. Também se relaciona com o fato de falar por aqueles que não sobreviveram.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. (SCOTT, 1995, p. 86).

O gênero, portanto, pressupõe a diferença cultural produzida e percebida sobre o que é feminino e/ou masculino, de maneira a estabelecer universos próprios de atuação, estabelecendo também uma hierarquia de poder. Rachel Soihet e Joana Pedro complementam:

[...] ‘gênero’ dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, [...]” (SOIHET; PEDRO, 2005, p. 288).

Como meio de alcançarmos a narrativa das militantes e realizar a análise proposta utilizamos a metodologia proposta pela História Oral. Serão examinadas cinco narrativas de mulheres que atuaram em grupos de resistência à ditadura civil-militar. São elas: Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, que militou no Partido Comunista do Brasil, PCdoB, até ser presa em 1972; Nilce Azevedo Cardoso, Derlei Catarina de Luca e Gilse Maria Westin Cosenza, que atuavam na Ação Popular, AP, até o momento da sua prisão e Imaculada Conceição de Oliveira, participante da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, CORRENTE, até ser trocada no sequestro do embaixador suíço em 1971. As cinco narradoras passaram pelo processo de militância política/clandestinidade/sequestro/tortura/prisão, característico daqueles que se opunham ao regime de força. Contudo, enfocaremos o período em que foram vítimas da brutal violência promovida pelos órgãos do estado ditatorial, como meio de compreender como o gênero se faz presente nos relatos.

Faz-se importante ainda ressaltarmos que o uso da História Oral implica no trabalho sobre a memória. O que se lembra não é o fato puro, isento de valores e análises realizadas *a posteriori*, mas sim, o momento já permeado pela interpretação que o indivíduo confere em outros instantes. Como Candau menciona:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2012, p.16).

Ao proferir o depoimento, aquela que fala busca conferir inteligibilidade ao que está contanto, mesmo que sejam fatos extremamente violentos, como os que são objeto de análise. A busca de sentido é característica primordial dos relatos. Podemos, a partir disso, questionar os motivos que levam a narradora a rememorar episódios traumáticos. As temporalidades que envolvem as narrativas memorialísticas nos fornecem uma explicação adequada:

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAUI, 2012, p.60).

O relato claramente possui três tempos: aquele que se refere ao passado, ao que ocorreu, onde o indivíduo faz uma avaliação dos fatos permeada por suas experiências; o momento presente, aquele da fala, onde o sujeito fala a partir do lugar em que se encontra, procurando um sentido para a trajetória realizada até ali; e uma perspectiva de futuro, de modo a não deixar que a experiência caia no esquecimento, da ideia da não-repetição, o “dever de memória” já citado.

A partir do elencado, buscamos avaliar como a memória das narradoras incorporou elementos relativos ao gênero na sua fala sobre o período da violência ditatorial.

O gênero na análise sobre a violência ditatorial

Acredita-se que o horror pode ser inenarrável, mas deve tornar-se inteligível pela escrita do historiador. No Brasil ditatorial, a violência sistematizada de maneira a causar o maior dano possível aos considerados inimigos do regime se fez presente diariamente entre aqueles que ousaram combater o arbítrio. Nessa perspectiva precisamos encontrar meios de descrever e analisar criticamente as atrocidades cometidas e as reflexões de Dominick LaCapra (2005, p.68) são sobremaneira pertinentes: “Sostendré que la respuesta a los sucesos traumáticos por parte de los que fueran testigos de ellos, incluso los secundários, entre los cuales están los historiadores, debe entrañar um desasosiego empático, inscripto em el próprio modo em que se acomete el tema [...]”. Para o autor, os historiadores devem trabalhar os eventos traumáticos através de um desasosiego empático, o que não deve ser entendido

como total identificação com as vítimas da violência estatal, mas sim, com distanciamento crítico. Sabemos que os relatos da barbárie motivam uma gama de sentimentos cuja ausência é inevitável, tanto naquela que narra como naquela que escuta, mas os mesmos devem ser compreendidos dentro do seu contexto de rearranjo memorial e devem ser problematizados enquanto fontes históricas.

Pollak adverte: “[...] a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.” (POLLAK, 1989, p.8). Ou seja, as reinterpretações de momentos difíceis são constantes.

Nesse contexto, aspecto que merece ser destacado relaciona-se com a perspectiva de futuro que compõe o relato da violência. Para Candau: “[...] é sempre uma inscrição no futuro que caracteriza o ativismo memorial.” (CANDAU, 2012, p.863). Podemos nos questionar: como alguém, sem conhecer a entrevistadora, concorda em falar sobre seu passado, no qual a violência estatal é marca presente? Como afirma Francisco Ramos de Farias “[...] a recordação de uma experiência traumática sofrida ou infligida é potencialmente violenta pela revivescência da intensidade dolorosa que se atualiza.” (FARIAS, 2012, p. 939-940). O reviver é dor e esta dor estará presente no momento da narrativa.

Para a compreensão das especificidades derivadas dos processos violentos, precisamos nos ancorar no conceito de trauma, proposto por Francisco Ramos de Farias:

[...] um choque que rompe radicalmente certas condições mínimas de sobrevivência, que modifica o funcionamento do psiquismo e das modalidades de laços sociais pela imposição de um esforço penoso de alto custo subjetivo, quando é possível a produção de uma memória como via de elaboração. [...] A consequência da violência que redundava em trauma é a apatia, a perplexidade, a inibição, a presença de memórias intrusivas e a instabilidade de modo generalizado. (FARIAS, 2012, p.927).

A sensação de aniquilamento e a tentativa de elaboração da violência sofrida é presente nos relatos das militantes. Ao sobreviverem às situações-limite em que foram colocadas, a memória realiza operações para que a narrativa seja coerente com sociabilidade estabelecida pelas mulheres. Nas palavras de Pollak (1989, p.10): “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.”, ou seja, o que é narrado deve estar de acordo com a sociabilidade daquela que narra, sob o risco de não mais ser reconhecida enquanto membro de determinados grupos sociais.

Tendo em vista tais considerações podemos compreender a narrativa de Imaculada. Mesmo concordando em narrar a sua experiência, ela é extremamente sucinta quando rememora seu *sequestro* pela repressão e a subsequente tortura a que é submetida. O fato de uma mulher morar com quatro rapazes levantou a suspeita de que o local fosse “indecente” e alguns vizinhos denunciaram o local. Dessa maneira, é apanhada e levada para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de Belo Horizonte, onde a repressão encontra na sua bolsa materiais considerados subversivos, tais como panfletos.

A definição de Imaculada para a tortura consiste em: “Aquela coisa horrível que você sabe o que é.” (CONCEIÇÃO, 2014), pressupondo o conhecimento da entrevistadora de tudo o que ocorreu. Menciona brevemente ainda o aborto que sofreu em virtude da violência, experiência compartilhada por várias militantes. Um aspecto difundido por sua organização e que ela acreditou que compartilhava era o de que a tortura tornava os militantes mais fortes e combativos, vendo-a como algo positivo e não tendo medo de enfrentá-la. Contudo, ao reorganizar sua narrativa em torno dos fatos, Imaculada caracteriza essa opinião como fazendo parte “das coisas da juventude.” (CONCEIÇÃO, 2014). Passando a estar oficialmente presa, enviaram-na para um presídio feminino em Juiz de Fora, ficando presa cerca de um ano até ser uma dos setenta presos políticos trocados após o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, em 1970.

Assim como Imaculada, o testemunho de Derlei não forneceu muitas informações sobre a sua prisão e a violência da qual foi vítima. No primeiro contato que tivemos com ela, em abril de 2013, ao questionarmos sobre a possibilidade de fornecer o relato para a pesquisa, ela nos presenteou com o seu livro, afirmando: “Tudo o que você quer saber está aí.”. Aparentemente, a maneira encontrada por ela para falar sobre a vivência, sobretudo da violência, foi a escrita, de modo que o seu relato pessoal não acrescentaria maiores detalhes ao que o livro contém. Podemos pensar que, para Derlei, o relato oral nada mais forneceria, de maneira que sua memória não mais se reorganizasse. A narrativa memorialística foi, portanto, enquadrada em um modelo, como argumenta Pollak (1989, p.9).

Francisco Farias afirma: [...] compreende-se que uma experiência traumática tanto pode imobilizar o sujeito, silenciando-o para sempre, como também pode verter-se em elaborações, mínimas que sejam, em termos criativos de construção de uma memória. (FARIAS, 2012, p.929).

A motivação para redigir sua autobiografia, uma das primeiras de uma mulher militante, é explicitada na introdução da obra:

Este livro é uma catarse. Também foi uma necessidade. Cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. Uns questionam se valeu a pena... Se não foi em vão, tantos mortos e desaparecidos. Mas os heróis da Pátria não morrem. Desaparecem fisicamente, vivem, no entanto, na lembrança. Só morrem se nós permitirmos que a memória nacional não se crie ou se perca.

[...] Nenhum partido político pode hoje assumir a tarefa de armazenar dados, ouvir depoimentos, escrever esses acontecimentos. Os historiadores fazem análises, as universidades preservam os nossos arquivos, mas os relatos têm de ser nós os sobreviventes, a fazê-lo. (LUCA, 2002, p.21).

Algumas especificidades podem ser anotadas, sobretudo o fato de se apresentar como heroína da pátria num momento, em 2002, quando da publicação do livro, em que ainda não existia tanto espaço para a profusão de relatos sobre a ditadura civil-militar e o fato de colocar-se enquanto sobrevivente, aquela que possui a tarefa de contar o que viveu, como já mencionado, portadora do “dever de memória”, aspecto que marca a narrativa de Primo Levi (1988).

No decorrer da obra ela esmiúça as situações enfrentadas. Citamos:

A tortura começa no quartel da PM do estado de São Paulo, às 7 horas da noite, do dia 23 de novembro. Golpes sobre golpes. Recordo a reunião. Telefonam. Em nenhum momento perguntam meu nome. Querem aparelhos e pontos. [...] A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando. (LUCA, 2002, p.83).

Diferentemente do relato fornecido, a obra biográfica apresenta detalhes do que foi vivenciado, corroborado por documentos da sua organização e da repressão. A narrativa em tempo presente representa o retorno da depoente aos momentos narrados, demonstrando um reviver da dor. Uma das primeiras atitudes dos responsáveis pela tortura relacionava-se com o fato de fazer com que a presa ficasse nua, em um inicial momento de humilhação, de maneira que seu corpo ficasse exposto a comentários de todos os tipos. As ofensas caracterizam esse momento, de maneira que o medo da violência sexual era talvez o maior. Gilse também rememora os momentos em que esteve sob domínio dos órgãos repressivos em 1968:

Bem, a gente ficou três meses na solitária, só sendo retirada pra ser interrogada sob tortura. Todo mundo passou por isso, não escapava. Tortura é aquela coisa bestial, absurda, e no caso de nós, mulheres, tem o componente machista que fazia com que,

primeiro eles tivessem um ódio, uma raiva da gente. Eles não se conformavam do fato de mulherzinhas, como eles falavam, ousarem enfrentá-los. E eles falavam. O coronel do meu IPM falava assim: “Não é possível, é, cês não se enxergam? Vocês são apenas umas mulherzinhas, nós podemos fazer com vocês o que nós quisermos. Portanto, fala logo, abre logo o jogo!” Eles jogavam muito com o fato de que nós éramos mulherzinhas, né. E, o tratamento, portanto, era um tratamento de, é isso, você sentia que eles tinham raiva dobrada, por estarmos lutando contra a ditadura e por sermos mulheres ousando lutar contra a ditadura. A gente percebia isso nas falas, no comportamento. Além disso, na própria tortura, né. Quer dizer, tortura física, espancamento, pau-de-arara, choque elétrico, latinha, telefone, como faziam com os homens também, mas era impressionante aquilo. A primeira coisa que eles faziam quando iam interrogar a gente era arrancar a roupa da gente, colocar a gente nua na mão deles. Porque enquanto eles te torturavam, ao mesmo tempo que eles procuravam te causar a maior dor possível, eles procuravam te humilhar, entende, te massacrar também a medida que te manipulava sexualmente. Então era aquilo, quer dizer, te botava no choque elétrico, mas ao mesmo tempo te torcia o bico do seio, entende. Ao mesmo tempo ia com a mão na vagina da gente. Então era uma coisa assim... a tortura física vinha sempre mesclada com a agressão sexual, certo. (COSENZA, 2014).

Seu testemunho é exemplificativo em vários momentos. O primeiro deles se refere ao componente de gênero já inserido na sua memória sobre a violência. Ao afirmar que os agentes da repressão possuíam ódio pelo fato de ser uma mulher que estava militando, rompendo o modelo que preconizava que seu espaço era eminentemente o doméstico, ela percebe-se enquanto uma transgressora do exemplo que a sociedade esperava. Da mesma maneira o fato de ser caracterizada enquanto “mulherzinha”, no diminutivo, objetiva a desmoralização, de modo a anular a militante. A fala “nós podemos fazer com vocês o que nós quisermos” demonstra a tentativa de amedrontá-las, pois ao estarem presas nas mãos de homens, estariam sujeitas à qualquer espécie de ato punitivo.

Encontramos o segundo aspecto na menção à manipulação sexual por parte dos algozes. Muitas foram as mulheres vítimas de estupro nos locais de tortura e prisão que demoraram muito tempo para vir a falar sobre tal assunto. Como nos fala Pollak (1989), ao analisar o caso da memória da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a memória esteve subterrânea até que houvesse possibilidade de escuta, escuta relacionada, sobretudo, com o dever de memória e com tentativas de persecução penal dos envolvidos em tais atos.

Gilse foi vítima de estupro em uma das sessões de tortura e, a maneira encontrada para externar a violência foi a criação de uma categoria para explicar o que sofreu: o estupro enquanto parte da tortura física:

Do jeito que eu tava, arrebatada, machucada, não aguentava nem parar em pé, eu fui estuprada. Quer dizer, você vê que aquele estupro era um estupro de tortura, mesmo. Porque no estado que eu estava, te garanto que não era o estupro... bem, a

não ser por sadismo, né. Não era o estupro... Era o estupro por tortura. Era como tortura. (COSENZA, 2014).

Podemos perceber a partir do testemunho que, na sua concepção não havia componente sexual no ato dos torturadores, apenas político, enquanto parte do ato de torturar. Assim, a partir dos rearranjos da sua memória, de maneira a conseguir falar sobre tal tema, Gilse desassocia o estupro enquanto violência sexual e o trata enquanto parte da tortura física que sofreu. Na única ressalva que faz, trata o ato enquanto espécie de distúrbio psicológico do estuprador, o sadismo.

Farias (2012, p.931) afirma que “A vulnerabilidade ao trauma depende, não apenas da situação a que o sujeito se encontra exposto em termos de violência, mas da conjuntura de seus arranjos subjetivos para construir vias mínimas de elaboração.”. E concluímos que a via encontrada por Gilse para falar sobre o trauma foi a dissociação do componente sexual presente no estupro, de maneira a encará-lo como parte da violência com perspectivas políticas.

Amelinha também relata a violência que sofreu:

Eles não sabiam o que fazer com mulher, mas torturar... Como eles desvalorizavam as mulheres. [...] Em seguida eles começaram a torturar com violência sexual. Eu mesma fui torturada, sentada na cadeira do dragão, levando choque no corpo inteiro, sendo espancada com palmatória e o cara se masturbando na minha frente e jogando porra para cima de mim. Que que é isso gente? Sem falar nas que foram estupradas. Isso é uma espécie de estupro. Mas não teve penetração. Uma vez eu acordei com um cara segurando meus peitos e se esfregando. Você entendeu? Teve outras que foram estupradas. Eu vi isso. Eles são estupradores também. Eles usaram o estupro como uma arma de guerra contra nós. (TELES, 2012).

É importante esclarecermos que Amelinha foi presa pela primeira vez em 1964, logo após o golpe. Ela relata que nesse momento eram raras as mulheres presas, por isso a afirmação de que “*eles não sabiam o que fazer com mulher*”, contudo, com o acirramento das perseguições e a implantação de métodos científicos de tortura ela explicita o que ocorreu no momento da sua segunda prisão, em 1972, ressaltando os aspectos de gênero que compunham a violência sexual de que foi vítima, caracterizando o estupro enquanto arma de guerra dos militares contra os militantes revolucionários, sobretudo as mulheres (TELES, 2012). Quando afirma que outras mulheres foram vítimas de abuso, seu testemunho adquire o caráter militante de denúncia das violações que todos foram vítimas, não se focando apenas na sua vivência.

Cada relato possui sua particularidade. Contudo, no testemunho de Nilce, as marcas são mais visíveis, sobretudo, pelo seu constante mencionar da elaboração que ainda está ocorrendo, assim como a invisibilidade que marca sua trajetória, ao não conseguir falar sobre o período durante anos:

Eu fiquei quase 4 meses e meio, de abril a julho. Mas eu passei 1 mês na OBAN, em São Paulo. Aqui [POA] eles me puseram no pau-de-arara e me arrebentaram. E lá eles não puderam me botar porque eu tava arrebentada, eu morria na hora. Tava muito frágil, muito, muito frágil, tinha perdido muitos quilos. Eu tava muito frágil fisicamente e aí eles me mandaram para a OBAN.
[...] Eu não fui julgada. Os caras disseram que iam me matar e aparecer numa sarjeta. Foi assim que eu fui para a rua. Muito mal de saúde, muito mal. Estava com infecção generalizada no útero e tudo. Precisei fazer um tratamento muito rigoroso.
[...] Eu tava muito abalada fisicamente e psiquicamente. E comecei a fazer uma amnésia, ainda tive isso. E só vim a perceber depois, porque a amnésia a gente não percebe que tá sendo feita (risos). (CARDOSO, 2012).

Compreendemos o depoimento de Nilce como constantemente reestruturado, sobretudo, a partir do processo de elaboração que ela ainda desenvolve. Farias (2012, p.939) explica: “A forma paralisante da experiência traumática, muitas vezes, exige uma longa temporalidade para ser elaborada, dependendo das disponibilidades do sujeito em conseguir produzir uma escrita.”. No seu caso específico, a narrativa é valorizada como meio de elaboração da violência que sofreu e também reintegração nos quadros sociais em que se insere.

Assim, após o período em que estiveram sequestradas, sem a prisão formalizada, tempo em que a tortura foi utilizada de maneira mais ampla, Amelinha, Derlei, Imaculada e Gilse foram oficialmente presas. Muitas vezes, como no caso de Nilce, o indivíduo era vítima da violência para entregar informações, mas após algum tempo, não se instaurava o processo formal de investigação. Sobre a sua experiência de libertação ela relata: “E foi muito ruim isso, porque de repente eu fui para a rua, então, eu não fui julgada. Os caras disseram que iam me matar e aparecer numa sarjeta. Foi assim que eu fui para a rua.” (CARDOSO, 2012). Ou seja, Nilce não sofreu uma acusação formal, de maneira que, embora continuasse vigiada, sobre ela não pairava nenhum processo judicial, fato que isentaria a repressão sobre um possível desaparecimento.

A ida para um estabelecimento prisional era, muitas vezes, objeto de comemoração, pois significava o término do período de pior violência. Ao oficializar o estatuto de preso ao indivíduo, o Estado deveria permitir as visitas de advogados e da família, o que, inclusive, facilitou as denúncias sobre a violência. Devemos ressaltar, contudo, que tal processo não era

simples, em virtude das inúmeras dificuldades impostas pelos organismos policiais, para que o preso tivesse acesso às visitas e a outros direitos mínimos (ARNS, 1996).

O período do encarceramento foi marcante para algumas narradoras pelo fato da convivência com outras mulheres ser acentuada. As celas coletivas em que se encontravam as militantes políticas das mais variadas organizações eram palco de disputas e tensionamentos, sobretudo em relação à análise política brasileira. No entanto, a vivência com as companheiras eram fonte de suporte emocional e compartilhamento de sentimentos. Para Elizabeth Ferreira (1996, p.176): “A percepção da passagem do tempo nessa situação é uma das vivências mais difíceis. A previsibilidade, a constância e a inevitabilidade das atividades carcerárias podem tornar muito penoso o dia-a-dia, que parece consistir na repetição de gestos de pouco sentido.”

A ausência de atividades é um dado que aparece nos relatos, mas que aos poucos vai sendo substituída pela organização coletiva, com discussões, momentos de exercícios físicos, atividades culturais, de maneira a organizar politicamente o espaço. Quando questionada sobre quais temas eram discutidos, enfatizando a pergunta sobre situação da mulher e o feminismo, Derlei afirma:

Eu não me lembro de ter tido nenhuma discussão relacionada a feminismo na prisão. Até porque apanhava todo mundo igual né. A tortura era igual para todo mundo. Não havia diferenciação entre homem e mulher na hora da tortura. Não existia. Nós não sentimos nenhuma proteção pelo fato de ser mulher. (LUCA, 2013).

A testemunha afirma negativamente a questão. Contudo, ao falar sobre alguma especificidade da violência cometida contra as mulheres, menciona que *não sentiu nenhuma proteção pelo fato de ser mulher*, compreendendo dessa maneira que, por ser mulher, poderia ocorrer alguma espécie de benesse, carregando um forte estereótipo de gênero, o da suposta proteção masculina. Difere, portanto das análises feitas por Gilse e Amelinha, as quais enfatizaram que o fato de ser mulher provocava ainda mais a ira dos torturadores, os quais agiam de forma ainda mais violenta. Contudo, mesmo com duas diferentes percepções, a especificidade feminina estaria presente, em uma enquanto maior vulnerabilidade e em outra como trunfo para que a violência ocorresse em menor escala.

O relato da experiência de Amelinha na prisão é permeado por sua reflexão feminista, assumindo-se enquanto tal:

Na prisão a gente começou a discutir com algumas mulheres, poucas mulheres, porque as mulheres tinham mais ou menos esse mesmo raciocínio, só que as mulheres eram muito mais sensíveis às questões do cotidiano. [...] Aliás, das militantes que ficaram comigo, acho que quem era feminista mesmo, foi a Léo, essa que hoje é ministra das mulheres [Eleonora Menicucci]. Nós ficamos juntas na cadeia. Acho que nós duas que éramos mais feministas. As outras não eram. Mas elas ajudaram muito a gente a pensar o feminismo, a pensar a condição das mulheres, de discriminação, de submissão. Nenhuma delas chegou a ser dirigente, de nenhuma das organizações. (TELES, 2012).

Amelinha se apresenta enquanto feminista desde 1964. Seu relato reitera diversas vezes tal posicionamento, contrapondo-se àquelas que não eram – *As outras não eram*. Ainda assim, ela confere importância às *outras* por auxiliarem no processo de pensar as condições em se encontravam, sobretudo aquelas que se relacionavam com o período de militância, de maneira a ressaltar o fato de que nenhuma ocupou cargo de liderança na sua organização.

A partir dos relatos percebemos que os componentes de gênero fazem parte dos relatos de todas as entrevistadas. Contudo, são mais evidentes na fala daquelas que posteriormente tiveram contato com o movimento feminista, Amelinha, Nilce e Gilse.

A militância contra a ditadura e o feminismo

Como já ressaltado anteriormente, o período de maior atuação dos grupos de resistência foi entre 1968 e 1975. A partir da dizimação de tais organizações, novas formas de luta passaram a ser utilizadas. Dentre essas formas, destacamos a articulação do movimento feminista nacional, que foi aos poucos formado, sobretudo a partir da experiência daquelas mulheres que combateram o regime nos anos anteriores. Contudo, tal mudança de interesse pelas militantes não foi tão bem aceita pelas organizações tradicionais, como podemos perceber a partir da fala de Amelinha:

Mais particularmente em 75 né, que é o Ano Internacional da Mulher né. Aí que a gente se mobiliza em torno da questão da mulher, como era chamado naquela época. E os partidos vão dizer que essa luta é divisionista, é pequeno-burguesa, que isso é uma luta contra os trabalhadores né, que homens e mulheres são iguais. Não tem motivo, não tem motivo para essa discussão. E quando a gente levantava as questões da sexualidade, as questões do aborto, do direito ao aborto, as questões da violência, as questões do trabalho doméstico, eram as questões que a gente levantava porque a gente vivia aquilo né, aí o partido colocava que isso ia ser resolvido depois da revolução. Tinha que ter a revolução primeiro, entendeu? (TELES, 2012).

Mesmo entre as militantes do campo da esquerda, uma dicotomia se criou, sobretudo no momento do retorno das exiladas, já próximo aos anos 1980. Nessa perspectiva, podemos compreender as divergências existentes enquanto formadoras das especificidades do movimento no país, pois, nas palavras de Yasmine Ergas (1995, p.287-8): “[...] no mundo contemporâneo o feminismo adquiriu significados diferentes para contextos diferentes.” No caso brasileiro, o contexto era de combate a um sistema de governo ditatorial e de disputas internas entre as componentes do próprio movimento. Céli Pinto afirma:

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p.45).

Além da tensão derivada da vigilância dos órgãos da repressão, da não aceitação das reivindicações por parte dos próprios companheiros de militância, os quais consideravam o movimento ilegítimo por separar as lutas, existiram ainda divergências dentro do próprio grupo. Cyntia Sarti (2004, p. 41) elenca duas correntes principais dentro do insipiente movimento, derivadas das divergências entre as militantes. A primeira priorizava as reivindicações relacionadas com questões de trabalho, acesso à saúde, bem como às instâncias decisórias e a segunda que se preocupava com temas vinculados à subjetividade, às relações interpessoais, de maneira que sua atuação se relacionou aos grupos de reflexão.

Mesmo com os conflitos apresentados, o movimento ganhou força e se consolidou como forma de manifestação, de maneira que seu papel é fundamental ainda na atualidade, pois os pontos de discussão, em linhas gerais, são constantemente atualizados ou então não foram alcançados, o que o faz de extrema importância.

Conclusão

A pesquisa histórica não encerra conclusões imutáveis, pois o questionamento e utilização de novas fontes são constantes. Contudo, podemos elencar algumas considerações acerca do que analisamos até o presente momento.

A partir das categorias analíticas de gênero e memória buscamos compreender cinco narrativas de mulheres que militaram em organizações de resistência à ditadura civil-militar. Percebemos inicialmente que a memória realiza rearranjos, de forma a dar inteligibilidade ao

que se fala. Aos poucos, sobretudo a partir do contato com o proposto pelo movimento feminista, a análise sobre o que ocorreu incorporou elementos de gênero, fazendo com que novas interpretações fossem lançadas àquele período, de maneira a compreender a sua atuação política e também o período da tortura e prisão. Os relatos de Amelinha e Gilse são os mais expressivos nesse sentido, pois demonstram claramente o quanto o contato com ideias feministas foi de importância para que as suas narrativas sobre o período adquirissem a percepção de gênero.

Assim, a experiência de militância foi fundamental para que novas formas de manifestação, sobretudo a partir de 1975, ganhassem espaço, já no contexto da inicial abertura política. O feminismo, embora com diversas matizes, foi um deles.

Fontes Orais:

CARDOSO, Nilce Azevedo. Porto Alegre: 06/06/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: uma hora.

COSENZA, Gilse Maria Westin. Belo Horizonte: 20/03/2014. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: uma hora e 12 minutos.

DE LUCA, Derlei. Florianópolis, 18/09/2013. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 13 minutos.

OLIVEIRA, Imaculada Conceição. Belo Horizonte: 19/03/2014. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Passo Fundo: 20/04/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: Uma hora e 7 minutos.

Fonte Bibliográfica:

LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

Referências:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARNS, D. Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1996, 28ª edição.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p.583-611.

FARIAS, Francisco Ramos de. Memória, trauma social e elaboração. **Diálogos**. Maringá, v.16, n.3, p.925-950, set-dez/2012.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 12, p.35-50, maio-agosto/2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº2, p.71-99, jul/dez.1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 138-55.